

PROJEÇÕES POPULACIONAIS PARA CAMPINAS E REGIÃO: PARTE IV - PROJEÇÕES DE FORÇA DE TRABALHO PARA 1995-2005*

Paulo de Martino Jannuzzi¹

1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade regulada por um Estado Meritocrático-Particularista² como a brasileira (NEPP 1989) e em que mais de 80 % da população residem em áreas urbanas, o trabalho e benefícios indiretos ou dele decorrentes constituem os principais meios de provimento de recursos para subsistência das famílias. De fato, pesquisas realizadas na década de 90 em São Paulo tem demonstrado que, em média, quase 80 % da renda familiar provém do exercício do trabalho, ao que se agrega uma parcela de 16% provenientes de pensões e aposentadorias, benefícios estes vinculados a exercício laboral anterior (SEADE 1997). Além disso, a possibilidade de acesso a benefícios como vale-transporte, vale-refeição, cesta-básica e convênio médico, está vinculado, direta ou indiretamente, à condição de atividade dos indivíduos e à forma de inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Estar ocupado, com carteira assinada, em empresas maiores, nos setores mais dinâmicos da indústria são requisitos para garantir, não só rendimentos do trabalho mais altos, como também uma gama maior de benefícios indiretos (Braglia, Carvalho e Scandar Neto 1995). Sem dúvida, no Brasil, direito ao trabalho é condição necessária- ainda que não suficiente- para garantir o direito à cidadania e ao consumo.

* Este projeto conta com financiamento da CEAP/PUC-Campinas. Agradeço ao bolsista de iniciação científica/CEAP Franco Pasquali, 3o. ano de Ciências Econômicas, pelo auxílio na coleta de dados e discussão de questões relativas ao texto e ao projeto de pesquisa.

1 Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUC-Campinas), Mestre em Administração Pública na EAESP/FGV, doutorando em Demografia no IFCH/UNICAMP.

2 Em tal modelo de Welfare State, a ação do estado é complementar ao mercado, na correção de suas distorções, cabendo aos indivíduos alcançar, por seus próprios méritos, uma posição que lhe garanta uma melhor relação entre as contribuições sociais aportadas e os benefícios delas decorrentes.

Tais questões ganham contornos sociais ainda mais agravantes em função do ritmo de desestruturação por que está passando o mercado de trabalho no país, com aumento das taxas de desemprego e de rotatividade no emprego, redução da participação dos empregos com carteira assinada e das ocupações industriais, e enfim, com a perda de qualidade dos postos de trabalho gerados, aspectos esses que tem configurado um processo denominado de "precarização" do mercado de trabalho (DIEESE 1994).

Neste sentido, qualquer projeto de pesquisa com finalidades prospectivas na temática de "População e Desenvolvimento" no país, como o presente projeto "Projeções Populacionais para Campinas e Região: 1990-2025" soa ser, deveria contemplar a análise de cenários futuros sobre a demanda por trabalho e oferta de empregos e ocupações nos diversos setores da economia. Neste texto, atende-se parcialmente este compromisso social da pesquisa sócio-demográfica, apresentando-se projeções de população economicamente ativa para a Região Administrativa de Campinas para no período de 1995 a 2005, realizadas a partir das projeções populacionais já apresentadas anteriormente em Jannuzzi (1996b) - e validadas pelos resultados do Censo Populacional de 1996³. Trata-se, pois, de apresentar estimativas de demanda por empregos e ocupações na região nos próximos anos.

O trabalho está estruturado em três partes além desta Introdução e Conclusão. Na seção que se segue, faz-se uma breve exposição metodológica acerca dos conceitos de atividade e ocupação, dos fatores determinantes da oferta de mão-de-obra e da relação entre o método de projeção de força de trabalho e o Modelo de Projeções Populacionais. Segue-se a apresentação das taxas de participação empregadas no modelo. Por fim, são mostrados os resultados das projeções de força de trabalho para a RA Campinas para 1995 a 2005. Em anexo apresenta-se um breve estudo sobre a evolução das taxas de participação masculina e feminina na Região Metropolitana de São Paulo nos últimos 25 anos e um cenário prospectivo até 2005, de

3 Os resultados definitivos para Campinas e Região Administrativa, corrigidos pela taxa de omissão censitária considerada nas projeções distam apenas 1% dos totais estimados. Com relação às estruturas etárias, a avaliação comparativa não foi possível por não disponibilidade pública dos dados sobre idades em nível municipal.

forma a subsidiar outros trabalhos que se pretenda fazer sobre a evolução da PEA na região.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PROJEÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho de um país ou região corresponde a um contingente expressivo e, em geral, majoritário da população total. Compõe-se do conjunto de pessoas que, tendo condições e requisitos mínimos, busca ou executa algum tipo de trabalho no país ou região. Como assinala Farooq (1985):

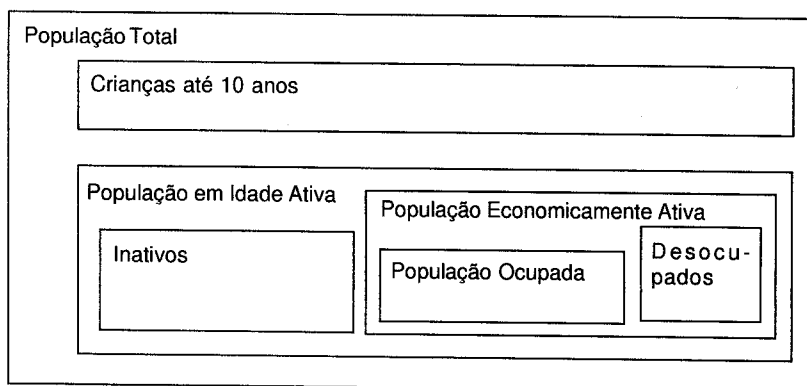
"Theoretically, as soon as a child can walk, comprehend commands and execute basic tasks, he is a potencial worker. It is observed that as early as the age of about five a child can perform economic work, particularly in rural development societies.... At the other end of the age spectrum, a person remains a potencial worker as long as his physical and mental faculties are intact. As observed in rural societies again, this could be at age 75 or more"(Farooq 1985:5).

Naturalmente, como complementa o autor, na maioria dos países o trabalho de crianças com menos de 10 ou 15 anos é desencorajado, a fim de que elas possam se manter na escola e adquirir uma qualificação que as permita, mais tarde, garantir maior produtividade econômica. Para a população idosa assume-se que a aposentadoria deveria começar a partir dos 60 a 65 anos. Assim, a oferta potencial de mão-de-obra- também chamada de população em idade ativa (PIA)- é, em geral, a população compreendida entre 10-15 anos e 65-70 anos. No Brasil, as pesquisas sobre mercado de trabalho não impõe nenhum limite superior para a população em idade ativa; quanto à idade inicial assume-se, para efeito de coleta de dados- embora nem sempre para divulgação- a idade de 10 anos ou mais (Costa 1994).

Dentre a população em idade ativa (população de 10 anos ou mais no Brasil), aquelas que, de fato, estão ocupadas ou procurando trabalho

em alguma atividade de produção de mercadorias ou serviços constituem o que se chama de população economicamente ativa (PEA) ou força de trabalho, objeto de projeção neste trabalho. A outra parcela da PIA, que não exerce ou procura uma atividade econômica no mercado de trabalho, como donas-de-casa, estudantes, aposentados não ocupados e licenciados e/ou afastados do trabalho, constituem a população de Inativos. A razão entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa (PEA/PIA) é chamada de taxa de participação ou taxa de atividade. Dentre os economicamente ativos (PEA), há os ocupados e os desocupados (ou desempregados). A razão entre a população desocupada pela PEA é denominada taxa de desocupação ou desemprego. O diagrama abaixo ilustra estes conceitos.

Diagrama 1. PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada

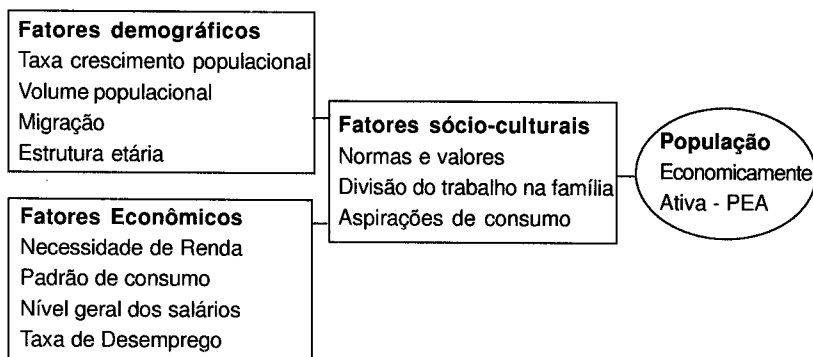


O tamanho da PEA, ou melhor, a oferta de mão-de-obra depende do volume, estrutura e taxa de crescimento populacional, além da migração e dos fatores de natureza sócio-cultural e econômica que definem as taxas de participação (Farooq 1985). Uma sociedade com um grande contingente populacional, que cresce a taxas elevadas, com estrutura demográfica marcadamente jovem, submetida a intensos fluxos imigratórios apresenta uma oferta crescente e volumosa de população em idade ativa, que pode vir a participar do mercado de trabalho. Os fatores de natureza demográfica definem, pois, o contingente poten-

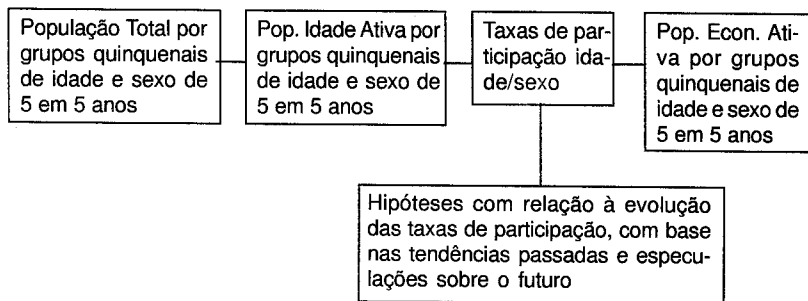
cialmente disponível para ingressar na vida economicamente ativa, mas são as normas sociais, culturais e os constrangimentos de ordem econômica que definirão o contingente efetivo de adolescentes, mulheres, homens, idosos que disputarão um posto no mercado de trabalho.

Este último aspecto fica mais claro a partir de uma ótica microeconômica da oferta de mão-de-obra, como a adotada por Chahad (1981). O autor relaciona três fatores determinantes para a oferta de trabalho do indivíduo: a remuneração salarial, as rendas não provenientes diretamente do trabalho atual e características socio-demográficas individuais. Oferta de níveis mais elevados de salários exerceriam maior atrativo para participação dos indivíduos no mercado de trabalho, especialmente em situações de inexistência ou insuficiência de renda de outras fontes para sobrevivência, ou ainda de uma família maior ou com maior taxa de dependência (razão entre dependentes/ativos na família). Por força de normas sociais relacionadas ao papel do homem e da mulher na família e sociedade, indivíduos nas primeiras idades da vida adulta, homens e chefes de família veriam-se compelidos a participar mais ativamente do mercado de trabalho do que mulheres, casadas com filhos e idosos. Por outro lado, a liberalização crescente destas normas, os novos rearranjos nas relações de gênero, a disseminação de padrões de comportamento "modernos" ou aspirações de consumo, tenderiam a aumentar a oferta crescente de trabalho por parte das mulheres, assim como de jovens.

Naturalmente, além destes fatores estruturais, contribuiriam para definir o nível e o padrão etário das taxas de atividade as características conjunturais do mercado de trabalho, em especial, as taxas de desemprego. Altas e persistentes taxas de desemprego para determinados subgrupos populacionais tenderiam a desestimular a participação destes no mercado de trabalho, levando-os a ingressar, temporariamente, na inatividade. Em situações menos restritivas quanto à absorção de mão-de-obra os indivíduos teriam estímulos maiores para disputar uma vaga no mercado de trabalho, saindo da condição de inativo para a de desempregado.

Diagrama 2. Fatores determinantes da oferta de mão de obra

Esta múltipla determinação social, econômica e cultural das taxas de atividade torna extremamente complexa a proposição de taxas específicas por idade e sexo para o futuro a médio e longo prazo. Uma das formas de se contornar essa dificuldade é através da modelagem de taxas globais de atividade por sexo, balizadas pelas tendências passadas e experiências vivenciadas por outras sociedades (Paiva 1986, Wajmann & Rios Neto 1998). Para finalidades deste estudo, não se fez prospecções acerca da evolução das taxas específicas de atividade, aplicando-se dois conjuntos de taxas constantes durante todo o horizonte de projeção, com metodologia similar às projeções de estudantes empregada em Jannuzzi (1997), reproduzida no diagrama 3.

Diagrama 3: Da Projeção Populacional à Projeção da PEA

3. AS TAXAS DE ATIVIDADE EMPREGADAS PARA A RA CAMPINAS

Para projeção da PEA, como mostrado no diagrama 3, é necessário a especificação de taxas de atividade por sexo e grupos etários, para cada período quinquenal no horizonte de projeção. Para as projeções da PEA da Região Administrativa de Campinas-RAC- de 1995 a 2005, empregou-se dois conjuntos de taxas de atividade, mantidas constantes no período.

O primeiro conjunto utilizado de taxas foi obtida a partir da Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar - PRAD (Patarra et alli 1997). Nessa pesquisa, levantou-se diversas características socioeconômicas e de mercado de trabalho da população paulista, apresentando-se resultados desagregados para diversas regiões, inclusive para uma muito próxima à área abrangida pela RAC. Em que pese uma certa subestimação da população em atividade, quando comparada com outras pesquisas mais específicas de mercado de trabalho (PNAD, PME e PED para a RMS), estas informações mostram um quadro inédito das taxas de atividade pelo Estado, quadro este ainda não coberto pelo plano amostral da PNAD e ainda pouco explorado nos dados da amostra do Censo de 1991.

Pela PRAD, dois terços dos homens de 10 anos ou mais e cerca de 37% das mulheres nesta faixa estariam participando do mercado de trabalho paulista, ocupados ou procurando emprego (Tabela e Gráfico 3a). As taxas de atividade masculina crescem rapidamente a partir dos 10 anos, atingindo seu máximo em mais de 90% entre as idades de 20 a 39 anos e depois caem lentamente até os 70 anos, quando assumem valores inferiores a 10%. As taxas femininas assumem valores máximos -de 45 a 65 % da população em idade ativa- nas faixas de 20 a 25 anos, caindo gradativamente a partir de então.

Em termos regionais há algumas diferenças, especialmente com relação às taxas de atividade nos Pequenos Municípios (com população

até 20.000 habitantes). Nestes as taxas de atividade masculina começam a declinar mais tarde, após os 55 anos, fato este ligado à importância das ocupações em atividades agrícolas. As taxas de atividade feminina, por outro lado, crescem mais lentamente, atingem um valor máximo mais baixo (50% aos 35 anos), e caem mais rapidamente que o das outras regiões. As taxas de atividade da Região de Campinas mostram-se próximas às da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP - especialmente as masculinas. Dos 25 aos 40 anos, as taxas masculinas situam-se em patamares acima de 95% na região. As taxas femininas atingem valores mais altos aos 20 anos (70%), caindo rapidamente a partir de então.

Aparentemente parece haver um processo de aproximação das taxas de atividade apuradas nas regiões às da RMSP, em função do nível de urbanização e da composição setorial do mercado de trabalho. Regiões com alto nível de urbanização, com participação comparativamente elevada de mão de obra na indústria, comércio e serviços tenderiam a apresentar taxas de atividade próximas às da RMSP, seja em nível, seja em padrão etário por sexo⁴.

4 Essa característica pode ser de grande valia na modelagem de famílias de taxas de atividade.

Tabela 3a. Taxas de atividade por sexo e faixa etária
Estado de São Paulo e regiões 1993 (%)

Fx etária	Estado		RMSP		Cid. Médias		RM Campinas		RM Santos		Cid. pequenas		RA Campinas	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Total	36,7	67,3	37,4	67,2	36,9	67,4	33,1	68,4	35,4	65,3	30,9	72,1	36,0	66,6
10	2,4	4,9	1,2	2,9	4,7	8,2	4,7	7,1	1,5	4,8	6,7	12,0	2,9	4,1
15	40,0	51,6	37,7	48,1	46,0	58,5	48,5	59,6	27,8	40,5	40,7	75,6	51,5	62,4
20	65,3	90,1	66,7	89,6	62,0	89,2	71,1	92,6	57,8	94,0	53,3	93,6	69,2	91,7
25	57,7	96,8	60,1	96,9	54,2	96,8	50,8	96,1	57,0	96,6	47,8	96,5	59,4	96,4
30	49,6	97,8	51,7	97,7	49,7	97,7	34,5	99,3	49,5	97,4	43,5	98,0	48,7	97,7
35	49,6	97,3	50,1	98,1	50,4	95,8	43,2	97,0	52,9	96,5	41,4	96,6	42,9	96,3
40	47,8	95,5	50,0	95,6	48,3	95,1	33,0	97,8	42,2	93,9	41,4	92,4	43,0	96,2
45	37,6	91,4	38,1	91,8	40,4	89,8	28,3	89,4	39,9	96,9	27,5	93,4	32,0	87,1
50	29,1	77,1	29,4	78,6	27,1	73,9	27,4	73,4	41,3	74,7	20,0	87,8	29,0	70,9
55	22,3	59,8	24,0	61,2	20,0	61,7	17,0	48,6	24,0	48,9	14,9	72,1	19,4	53,2
60	13,5	42,8	15,2	39,0	11,3	47,5	6,3	49,3	13,0	48,3	10,2	61,1	7,1	40,2
65	5,2	23,8	6,1	26,1	4,1	18,3	2,3	23,6	3,0	16,9	8,5	35,1	2,8	28,4
70	5,0	8,8	5,3	7,4	3,0	11,4	5,5	9,3	14,9	8,3	2,1	23,9	4,5	8,8

Fonte : PRAD

Gráfico 3a

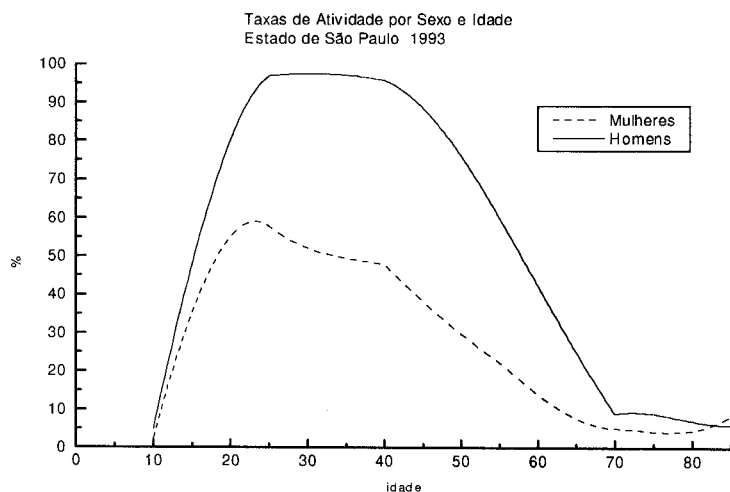


Gráfico 3b

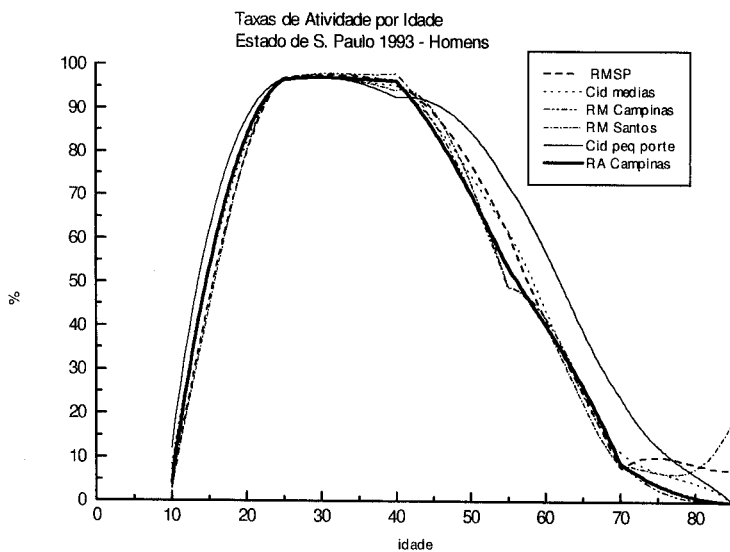
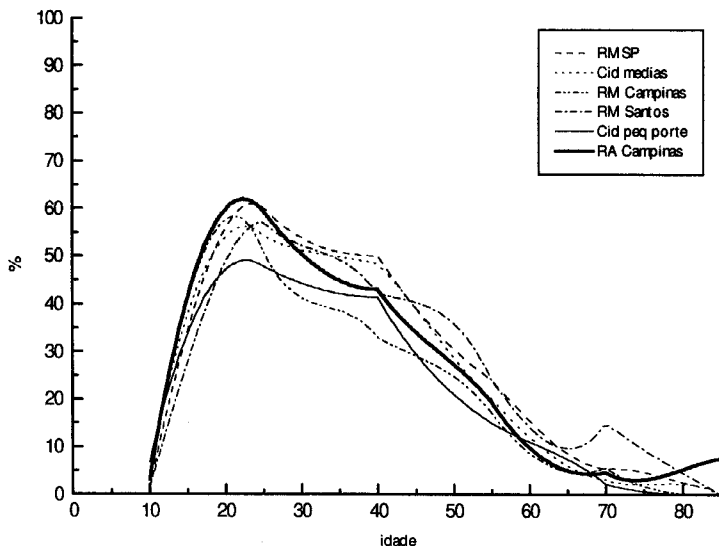


Gráfico 3c

Taxas de Atividade por Idade
Estado de S. Paulo 1993 - Mulheres

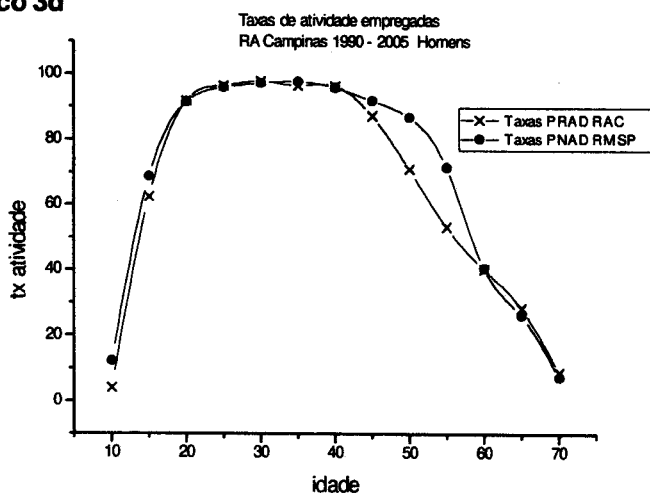


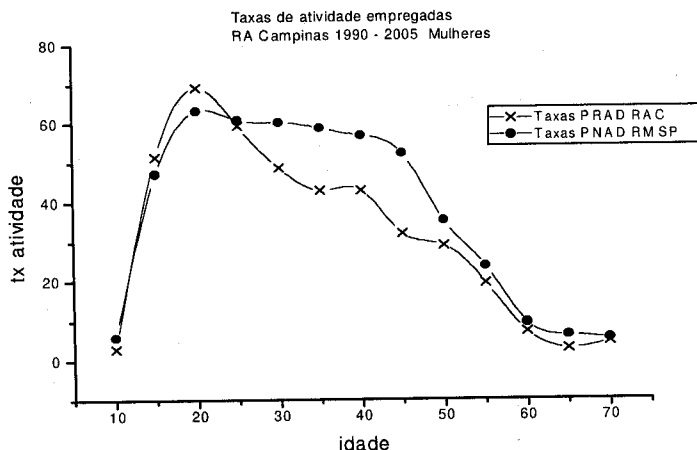
A proximidade das taxas de atividade da RAC com as da RMSP, na forma levantada pela PRAD, e a já citada subestimação da população em atividade por esta pesquisa - decorrente da necessidade de simplificação da forma de captação das características relativas à mão de obra - sugeriu a possibilidade de utilização das taxas de atividade levantadas pela PNAD, em 1993 para a RMSP, como um segundo conjunto de taxas para fins de projeção da PEA regional. Com isso, se poderia obter uma outra estimativa da população economicamente ativa para a RAC, mais alta que a obtida com o primeiro conjunto. De fato, as taxas globais de atividade da PRAD para a RAC, para homens ou mulheres, são pelo menos 8 pontos percentuais inferior às apontadas pela PNAD para a RMSP em 1993, fato decorre da superioridade das taxas da PNAD nas faixas de 40 a 55 anos entre os homens, e de 30 a 55 anos entre as mulheres.⁵

5 Vale observar que estas taxas de atividade da PNAD para a RMSP trazem embutidos os efeitos das mudanças implementadas nesta pesquisa nos anos 90 (Wajmann & Rios Neto 1988)

Tabela 3b. Taxas de Atividade empregadas nas projeções de Força de Trabalho para RA Campinas (%)

Fx Etárias	Taxas PRAD RA Campinas		Taxas PNAD RMSP/93	
	M	H	M	H
Total	36,0	66,6	44,3	74,9
10	2,9	4,1	5,8	12,2
15	51,5	62,4	47,2	68,7
20	69,2	91,7	63,2	91,4
25	59,4	96,4	60,9	95,8
30	48,7	97,7	60,3	97,1
35	42,9	96,3	58,8	97,5
40	43,0	96,2	56,8	95,7
45	32,0	87,1	52,3	91,7
50	29,0	70,9	35,3	86,7
55	19,4	53,2	23,7	71,4
60	7,1	40,2	9,3	40,5
65	2,8	28,4	6,1	26,1
70	4,5	8,8	5,3	7,4

Gráfico 3d



4. PROJEÇÕES DE FORÇA DE TRABALHO SEGUNDO AS HIPÓTESES DEFINIDAS

Aplicando-se o conjunto de taxas de atividade por idade e sexo nos quantitativos populacionais projetados obtêm-se as estimativas de PEA apresentadas na tabela 4a. Sob o primeiro conjunto de taxas (hipótese 1, obtidas junto à PRAD para a RAC em 1993, mantidas constantes no horizonte de projeção) a PEA da região aumentaria em 565 mil pessoas entre 1995 e 2005, passando de 2.149 mil para 2.714 mil indivíduos no período. Dentre os grupos etários analisados, o de 50 a 69 anos é que apresentaria maiores taxas de crescimento no período (57%), apontando para envelhecimento progressivo da PEA regional, tal como já apontado, em texto anterior, para a população. A PEA jovem - de 10 a 19 anos- por outro lado, como resultado dos reflexos tardios da queda de fecundidade na regional há 20 anos, cresceria muito pouco ao longo do período, atingindo valor máximo em 2000 com 321 mil indivíduos. Em 2005, a PEA jovem totalizaria um quantitativo menor, de 298 mil jovens, pouco maior que o apresentado em 1995. O grupo etário de 20 a 39 anos continuará mantendo sua superioridade numérica, reunindo cerca de 1,5 milhão de pessoas no final do período, cerca de 57% da PEA total.

Sob a hipótese 2 - manutenção das taxas de atividade por idade e sexo levantadas para a RMSP em 1993 pela PNAD - a PEA regional

apresentará um aumento maior, de 622 mil pessoas entre 1995 e 2005, finalizando o período com quase 3 milhões de pessoas. A evolução dos grupos etários da PEA segue as tendências já apontadas anteriormente, embora as estimativas populacionais sejam superiores as obtidas com a hipótese 1. As estimativas de PEA masculina para 2005 são de 1.859 mil homens, 5% maiores que as obtidas com as taxas de atividade da PRAD. Para a PEA feminina, as diferenças nos quantitativos estimados para 2005 sob as duas hipóteses são maiores, da ordem de 15% (1.087 mil mulheres pela hipótese 2, contra 945 mil pela hipótese 1 em 2005). Essa diferença na PEA feminina estimada incide, em particular, sobre os grupos etários de 30 a 39 e 40 a 49 anos, como seria de se esperar em função das diferenças das taxas de atividades nestes grupos segundo as duas fontes. Como se pode observar no gráfico 4e, as "pirâmides" etárias das PEAs projetadas pelas duas hipóteses, mostram-se mais diferentes à direita, na porção relativa a PEA feminina.

De qualquer forma, sob qualquer das duas hipóteses, a PEA estaria crescendo a uma taxa média anual de cerca de 2,4 %, cifra um pouco mais elevada que a da PIA (2,3%) e que a da população total (2,0 %). Com isso, a PEA regional estaria crescendo, em termos médios anuais, entre 57 e 62 mil pessoas na região até 2005. Em quinze anos, entre 1990 e 2005, a PEA seria 46% maior, a PIA, 44% maior e a população total, uma cifra bem menor, 36 %.

Deve-se observar que, ainda que as taxas específicas tenham sido mantidas constantes, a pequena diferença nas taxas de crescimento da PEA e da PIA acaba provocando um pequeno aumento das taxas globais de atividade. As taxas globais de atividade pela PRAD chegariam a 53,9 % em 2005 (contra 53,6% em 1990); pela PNAD passariam de 57,7% para 58,5% em igual período.

Por fim, deve-se observar também que, ainda que se admitisse um comportamento variável das taxas específicas de atividade por sexo, de modo a refletir-se na evolução das taxas globais por sexo no ritmo projetado no anexo deste trabalho, a PEA total em 2005 estaria muito próxima daquela prevista pela hipótese 2, totalizando cerca de 3.063 mil pessoas. Isso decorreria de um efeito aritmético compensador de uma PEA feminina maior que as estimadas anteriormente (1.295 mil mulheres) e de uma PEA masculina menor (1.768 mil homens).

Tabela 4a. Projeções de Força de Trabalho segundo hipóteses definidas RA Campinas 1990-2005 (em milhares)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Hipótese 1: manutenção das taxas de atividade levantadas pela PRAD em 1993 para RA Campinas																
Mulheres	657.	677.	696.	716.	736.	757.	778.	798.	819.	840.	861.	880.	898.	914.	930.	945.
Homens	1204.	1241.	1278.	1316.	1354.	1393.	1432.	1472.	1511.	1551.	1592.	1630.	1667.	1702.	1736.	1769.
Total	1861.	1917.	1974.	2032.	2090.	2149.	2210.	2270.	2331.	2392.	2453.	2511.	2565.	2616.	2666.	2714.
10-19	251	258	267	275	284	293	301	308	315	319	321	320	315	308	302	298
20-39	1142	1170	1196	1221	1246	1271	1297	1323	1350	1378	1408	1438	1467	1497	1524	1548
40-49	294	310	327	345	363	381	400	418	436	454	472	489	505	520	534	547
50-69	176	180	185	191	198	205	213	221	231	241	253	265	278	292	306	321
Hipótese 2: manutenção das taxas de atividade levantadas pela PNAD em 1993 para RMSP usadas para RA Campinas																
Mulheres	741.	764.	788.	812.	837.	861.	886.	910.	935.	960.	984.	1007.	1029.	1049.	1068.	1087.
Homens	1264.	1302.	1341.	1381.	1421.	1462.	1503.	1544.	1586.	1628.	1670.	1711.	1749.	1786.	1823.	1859.
Total	2005.	2067.	2130.	2193.	2258.	2323.	2389.	2455.	2521.	2587.	2654.	2718.	2778.	2835.	2891.	2945.
10-19	280	288	298	307	317	326	334	341	347	351	353	351	346	340	333	330
20-39	1178	1208	1236	1263	1289	1316	1343	1370	1397	1426	1456	1486	1516	1546	1573	1599
40-49	334	352	372	392	413	435	456	477	498	519	540	560	579	597	613	628
50-69	212	218	224	231	238	247	257	267	278	291	306	321	336	353	371	389
Evolução da População																
Total	4393.	4499.	4605.	4711.	4817.	4923.	5029.	5134.	5240.	5345.	5451.	5556.	5662.	5767.	5872.	5976.
PIA	3474.	3582.	3693.	3806.	3919.	4030.	4135.	4237.	4336.	4436.	4541.	4642.	4741.	4840.	4938.	5037.
PIA-mul	1738	1793	1850	1908	1966	2023	2078	2130	2181	2234	2287	2340	2391	2442	2492	2544
PIA-hom	1736	1789	1842	1897	1953	2007	2058	2107	2154	2203	2253	2302	2350	2398	2446	2494

Gráfico 4a. Evolução da População, da PIA e da PEA segundo Hipóteses RA Campinas 1990-2005 (em milhares)

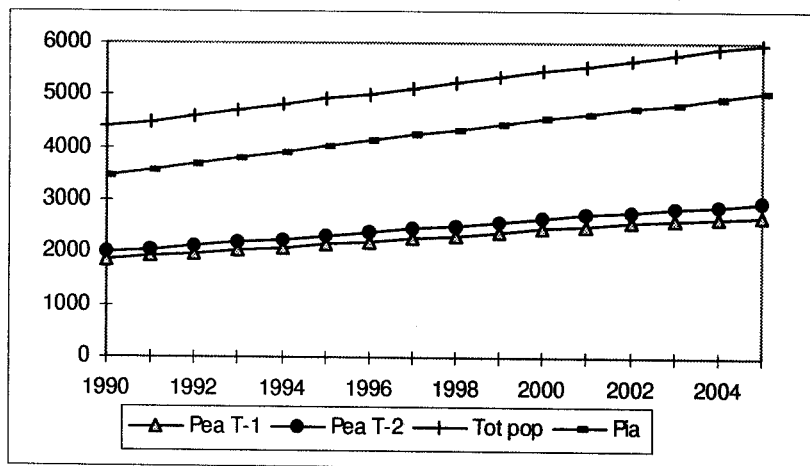


Gráfico 4b. Aumento relativo da População, da PIA e da PEA segundo Hipóteses RA Campinas 1990-2005 (%)

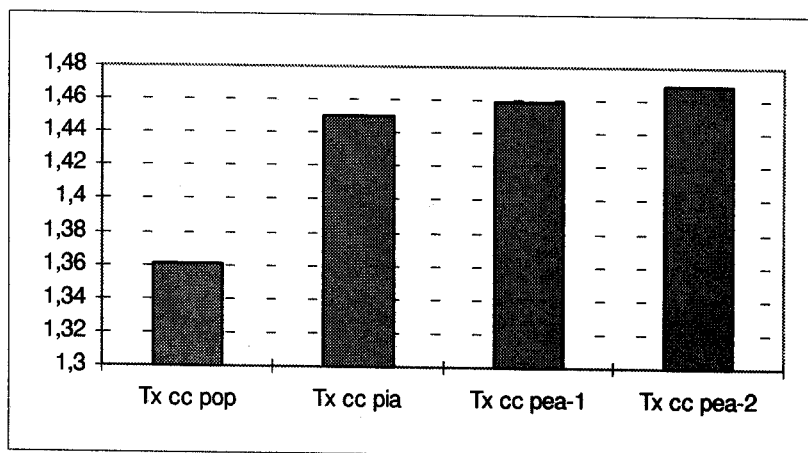


Gráfico 4c. Evolução das Taxas globais de Atividade
RA Campinas 1990-2005 (%)

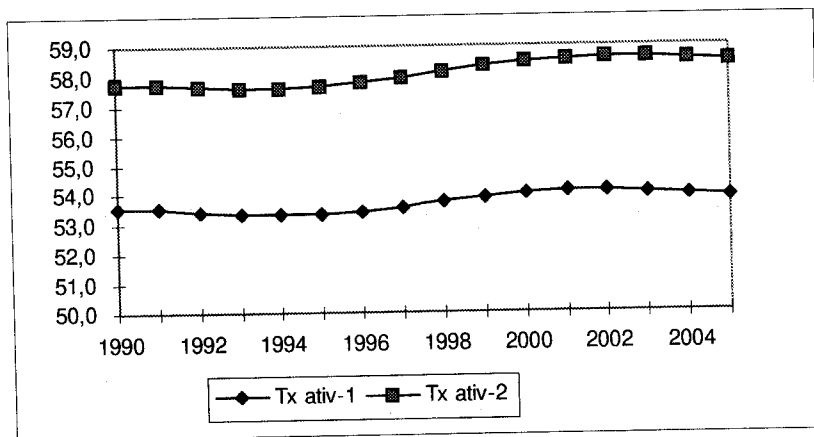


Gráfico 4d. Evolução da PEA Feminina e Masculina sob as hipóteses
RA Campinas 1990-2005 (em milhares)

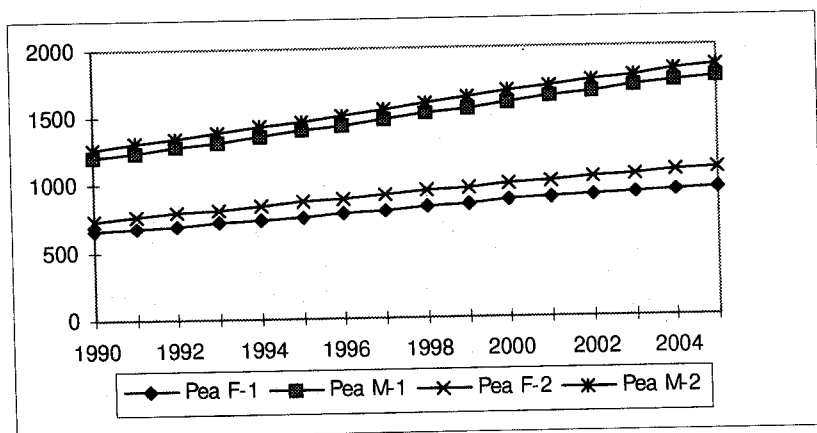
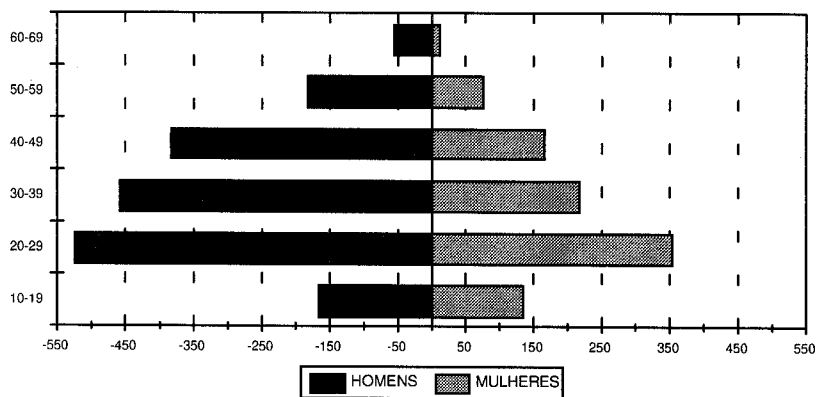
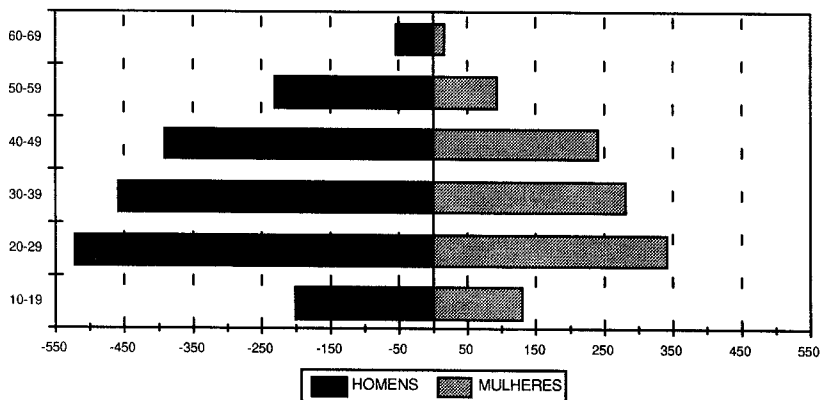


Gráfico 4e. Distribuição etária da PEA sob as hipóteses (em milhares) RA Campinas 1990-2005

Hipótese 1



Hipótese 2



5. CONCLUSÃO

O ritmo e a natureza das transformações por que está passando o mercado de trabalho no país e em especial, a progressiva desvinculação entre crescimento econômico e geração de postos de trabalhos tem despertado especial interesse na produção de trabalhos prospectivos sobre a demanda por ocupações e oferta de empregos. Mesmo na Região de Campinas, em que pese o fato das mudanças se processarem em ritmo menos desestruturador (Jannuzzi e Sousa 1997), esta é uma questão também na agenda da discussão acadêmica e política.

As perspectivas de um quadro ocupacional problemático nesta década, anunciadas por Cano e Pacheco (1992), parecem, pois, estar se concretizando, com algum retardo em função do êxito temporário do Plano de Estabilização Econômica de 1994. Nos diversos cenários macroeconômicos projetados, todos com taxas de crescimento econômico modestas ou baixas, os autores previam um quadro não favorável ao nível do emprego - especialmente o industrial e agrícola - frente ao aumento da PIA e à provável expansão das taxas de atividade femininas, problemática acentuada pelas menores elasticidades ocupação/produto nesta década (em relação à passada). Para a região de Campinas, os autores avaliam que ainda que as perspectivas de desenvolvimento econômico sejam melhores que a média estadual, em termos de emprego, a região poderia caminhar, no pior dos cenários, para repetir os fenômenos de elevado desemprego aberto da Grande São Paulo, e no melhor, na absorção até mesmo de mão de obra migrante. Tal como o interior dos anos 80, a região talvez viesse a repetir o quadro mais próspero na questão do desenvolvimento regional e do emprego que o da RMSP na presente década, como descrito por Pacheco e Dedecca (1992).

Na primeira metade dos anos 90, do ponto de vista do crescimento econômico o quadro foi bastante alentador, como observam Pacheco e Pochmann (1997): o aumento do Valor adicionado na Indústria na RA Campinas teria sido de 42 % entre 1990 e 1995 (6% a.a.) ampliando a participação da RA em relação ao Estado na quase totalidade dos setores industriais (Ind. Mecânica, Metalúrgica, Química, Plásticos, têxtil, Material elétrico, Mat. transporte entre outros).

A ocupação formal acompanhada pelo CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho- cresceu a taxas médias de 1,9% ao ano entre 1990 e 1995 na RAC, resultado sobretudo da expansão das vagas no Comércio, Serviços e Construção Civil (Jannuzzi 1996a)⁶. A menos que a taxa de crescimento dos postos de trabalho sem carteira e autônomos tenha se mantido em nível bem superior e que a evolução dos níveis de produtividade industrial tenha se mantido nos mesmos patamares dos primeiros anos da década (Sabóia 1995), as ocupações criadas no período não teriam sido suficientes para incorporar plenamente a porção da PEA ingressante, já que esta teria se expandido entre 1990 e 1995, a 2,9% ao ano pelas projeções aqui elaboradas (seja pela primeira ou segunda hipótese). Nos próximos 10 anos, ainda que a PEA esteja crescendo a uma taxa menor (2,4%aa) e ainda que se concretizem os investimentos empresariais para a região, a perspectiva de criação de postos de trabalho em ritmo suficiente para incorporação dos novos ingressantes não parece estar plenamente assegurada. Afinal, para garantir taxas de expansão de ocupações a este nível - mantendo inalterada a taxa de desocupação na região (estimada em 8,7% em 1993 pela PRAD- vide anexo de tabelas em Patarra et alii 1997) - seria necessário um crescimento do PIB regional a taxas relativamente mais elevadas, superiores talvez aos 6 % anuais observados entre 1990 e 1995⁷.

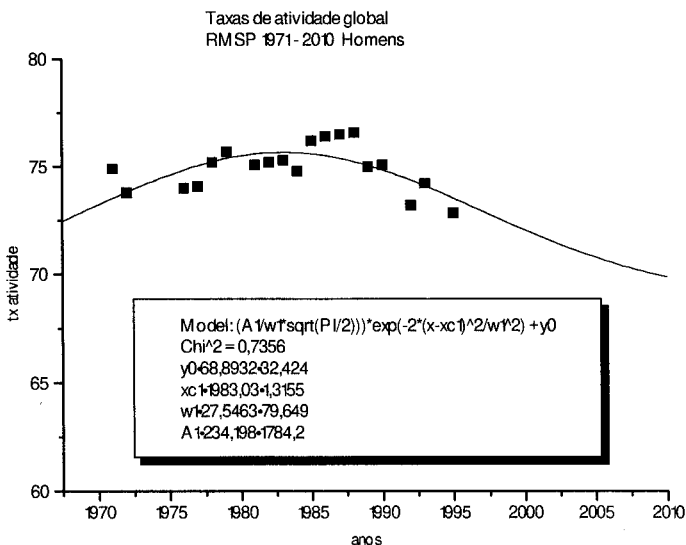
De qualquer forma, uma avaliação prospectiva mais acurada da oferta de postos de trabalho ainda é uma questão a tratar em futuros trabalhos. Sem dúvida, tal avaliação envolve uma grande complexidade metodológica, já que os determinantes da oferta de emprego tem uma natureza ainda mais fugidia que os aqui tratados. A oferta de postos de trabalho depende da taxa de crescimento econômico, composição setorial da economia, nível e tipo de industrialização (moderna ou tradicional, de pequena ou grande escala), nível dos salários, padrão tecnológico adotado, padrões de consumo e distribuição de renda

6 O emprego formal retratado pela RAIS, também do MTb, contudo, teria se ampliado em apenas a uma taxa média anual inferior a 1% na RA, como mostrado em Pacheco & Pochmann (1997), valor este aparentemente subestimado em função da pujança do crescimento econômico observado.

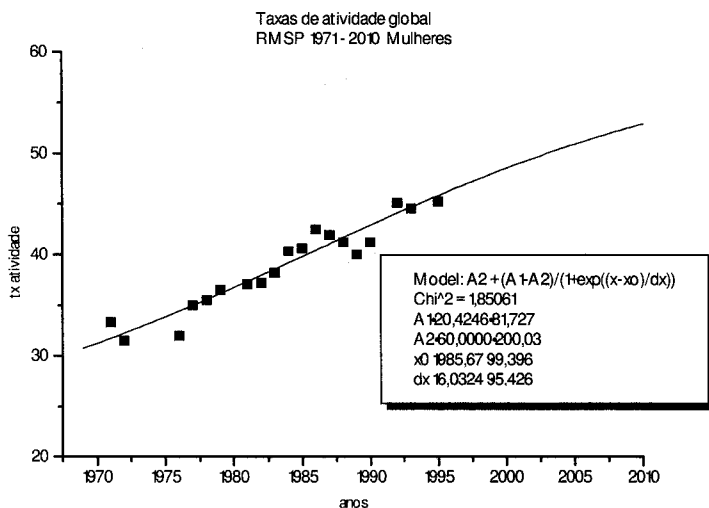
7 Taxa estimada a partir da variação do Valor Adicionado do ICMS na região no período.

(Farooq 1985). Combinações de taxas favoráveis de crescimento econômico, em uma economia urbano-industrial, baseada em indústrias de pequeno porte (moderna ou tradicional), em que a relação salários vs. capital fixo favoreça o primeiro, em que o padrão de consumo favoreça os produtos manufaturados, de preferência nacionalmente produzidos e em que a renda encontre-se distribuída de forma mais equânime favorecem a expansão da demanda de mão-de-obra por parte das empresas. Projeções de emprego requerem, pois, a aplicação de modelos demo-econômicos ou econométricos bastante complexos, que exigem uma base de informação empírica bastante detalhada. Poderá contribuir para futuras abordagens desta questão a elaboração de análises regionais sobre a produção econômica e composição setorial da população ocupada na região. Os dados já disponibilizados do Censo Demográfico de 1991, da citada Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar, da Pesquisa de Condições de Vida/F.SEADE, além daqueles a serem publicados relativos ao Censo Cadastro de 1996 do IBGE e da Pesquisa de Atividade Econômica Paulista/F.SEADE podem permitir estudos interessantes e fundamentais neste sentido.

Anexo: Evolução das taxas de participação na RMSP 1970-2005



Projeções populacionais para Campinas...



Um dos aspectos mais importantes e regulares reportados em estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro nos últimos 20 anos tem sido a sistemática elevação das taxas de atividade da população feminina (Costa 1994). Desde que se começou a pesquisar regularmente a conjuntura do mercado de trabalho no país, com as PNADs no final dos anos 60, as taxas de atividade feminina vem aumentando cerca de 0,5 ponto percentual por ano na RMSP, tendo passado de 33,3%, em 1971 para 45,2 % em 1995, em especial pela elevação das taxas de atividade de mulheres de 20 a 50 anos. As taxas de atividade masculina, por outro lado, apresentaram relativa estabilidade em torno de 75% durante as décadas de 70 e 80, vindo a cair mais recentemente, chegando, em 1995, a cerca de 73%, por conta do aumento da taxa de inatividade a partir dos 45 anos.

Procedendo-se uma modelagem matemática destas taxas, em função das tendências passadas e especulações sobre o comportamento das mesmas a médio prazo, é possível chegar a estimativas das taxas para 2005⁸. Nesse momento, a taxa de atividade feminina estaria por volta de 51 %, enquanto que a taxa masculina cairia para 71 %.

⁸ A análise tendencial das taxas de participação foi conduzida ainda que com as limitações de comparabilidade das taxas de atividade das PNADs dos anos 90 com as da década passada.

Empregando-se estas taxas globais de atividade para a RAC, a PEA feminina totalizaria 1.295 mil mulheres em 2005 e a PEA masculina, 1.768 mil indivíduos na região. A PEA total somaria cerca de 3.063 mil pessoas, muito próxima ao valor estimado anteriormente segundo a hipótese 2.

Tabela 1. Taxas de atividade por sexo - RMSP 1971 - 2005 (%)

Ano	1971	1972	1976	1977	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1989	1990	1992	1993	1995	2000	2005
Mulheres	33,3	31,5	32	35	36,5	37,1	37,2	38,2	40,3	40,6	42,5	41,9	40	41,2	45,1	44,6	45,2	48,4	50,9
Homens	74,9	73,8	74	74,1	75,7	75,1	75,2	75,3	74,8	76,2	76,4	76,5	75	75,1	73,2	74,2	72,9	72,1	70,9

Fonte: 1971-1990 - Costa (1994), 1992-1995 - PNADs, 2000-2005 - estimativas do autor

BIBLIOGRAFIA

- BRAGLIA, M.A.G., CARVALHO, S.N. e SCANDAR NETO, W.J. Trabalho, desemprego e inatividade: difíceis caminhos para o acesso aos bens sociais. Comunicação apresentada ao 19. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu MG, 1995.
- CANO, W. & PACHECO, C.A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. SEADE. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992, n.1, p.217-298.
- CHAHAD, J.P.Z. *Oferta de Trabalho e estrutura ocupacional*. São Paulo: FIPE/USP, 1981.
- COSTA, L.B. População e Trabalho. *Informe Demográfico F.SEADE*, n.28, p.1-150, 1994.
- DIEESE. *O desemprego e as políticas de emprego e renda*. São Paulo: DIEESE, 1994.
- FAROOQ, Ghazi M. *Population and employment in developing countries*. Geneva : ILO, 1985.
- FERREIRA, S.P. Emprego e terciário: alterações na estrutura ocupacional da Grande São Paulo. SEADE. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992, n.4, p.121-135.

JANNUZZI, P.M. *Dinâmica recente do mercado de trabalho formal na Região Administrativa de Campinas e reflexos na Bacia do Piracicaba/Capivari*. Projeto Qualidade ambiental e desenvolvimento regional nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari. NEPAM/UNICAMP, 1996a.

_____. Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte II - Cenários demográficos para 1995-2025. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 5(2):51-77, jul/dez 1996b.

_____. Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte III - Projeção de estudantes por nível ensino para 1995-2005. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 5(1):101-114, jan/jun 1997.

JANNUZZI, P.M. e SOUSA, J.E.R. Recent trends on regional development and labour market composition. *Seminar on Urban Growth and Environmental Management - an International Challenge*, Liverpool, Inglaterra, janeiro/1997.

NAÇÕES UNIDAS *Projection methods for integrating population variables into development planning: methods for preparing school enrolment, labour force and employment projections*. New York: UN/ESA, vol.1:2, 1990.

NEPP/UNICAMP. *Brasil 1987 : Relatório sobre a situação social do país*, Campinas, Ed.Unicamp, 1989.

PATARRA, Neide et alii. *Migração, Condições de vida e Dinâmica Urbana*. Campinas, FAPESP/IE/UNICAMP, 1997.

PACHECO, C.A. & DEDECCA, C.S. Emprego e crise: as transformações na estrutura do emprego de São Paulo na década de 80. SEADE. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992, n.4, p.93-120.

PACHECO, C.A. & POCHMANN, M. *Expansão urbana e mercado de trabalho no Estado de São Paulo: um perfil econômico das principais regiões administrativas nos anos noventa*. Campinas, Inst.Economia/Unicamp, 1997 (mimeo).

PAIVA, Paulo. Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão de obra no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, 3 (1): 63-88, 1986.

SABÓIA, João. Mercado de trabalho no Brasil - evolução e tendências recentes. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, São Paulo, ABET, 1995, p.1123-1148.

WAJMANN, S. & RIOS NETO, Eduardo. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. *Seminário Mudanças, permanências e desafios*, Campinas, ABEP/GT População e Gênero, 1998 (mimeo).